



Ministério da Saúde
Secretaria de Informação e Saúde Digital
Departamento de Informação e Informática do Sistema Único de Saúde
Coordenação-Geral de Relacionamento, Governança e Projetos

ATA

ATA		
2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE GOVERNANÇA DIGITAL – CGD/MS		
Portaria GM/MS Nº 1.001, de 18 de maio de 2021		
alterada pela Portaria GM/MS Nº 1708, de 30 de outubro de 2023		
IDENTIFICAÇÃO		TIPO DE DOCUMENTO
DATA	HORÁRIO	REUNIÃO
06.08.2025	15:00h	Sala de Reuniões do DATASUS, Anexo do Edifício Sede do Ministério da Saúde, Anexo A, sala 105, Esplanada dos Ministérios; e virtual
MEMBROS TITULARES / SUPLENTE		ASSINATURA
Adriano Massuda (SE/MS)		Presente
Nilton Pereira Júnior (SE/ MS)		Ausente
Ana Luiza F. R. Caldas (SAPS/MS)		Ausente
Ilano Barreto Almeida (SAPS/MS)		Ausente
Mariângela Simão (SVSA/MS)		Presente
Letícia de Oliveira Cardoso (SVSA/MS)		Ausente
Fernanda de Negri (SECTICS/MS)		Ausente
Eduardo Jorge Valadares (SECTICS/MS)		Ausente
Mozart Júlio Tabosa Sales (SAES/MS)		Ausente
Carlos Amilcar Salgado (SAES/MS)		Presente
Felipe Proença de Oliveira (SGTES/MS)		Ausente
Jérzey Timóteo Ribeiro Santos (SGTES/MS)		Presente
Ricardo Weibe Nascimento Costa (SESAI/MS)		Ausente
Eliene dos Santos Rodrigues - Putira (SESAI/MS)		Ausente
Ana Estela Haddad (SEIDIGI/MS)		Presente
Paulo Eduardo Guedes Sellera (SEIDIGI/MS)		Ausente
Paula Xavier dos Santos (DATASUS/MS)		Presente
Robson Willian de Melo Matos (DATASUS/MS)		Presente
Adriana Macedo Marques (Encarregada de Dados/MS)		Presente
CONVIDADOS		ASSINATURA
Loyane Mota Fernandes (CGRGP/DATASUS/SEIDIGI/MS)		Presente
Marcelo Takatsu (CGAPISTIC/DATASUS/SEIDIGI/MS)		Presente
Lucas Divino Queiroz Silva (DGESI/SESAI/MS)		Presente
Diogo Oliveira de Araújo (DAPSI/SESAI/MS)		Presente
Lucca Vinha (SECTICS/MS)		Presente
Susana de Oliveira Rosa (SE/MS)		Presente
Mariana Bertol (SE/MS)		Presente

Tarciana Barreto Sá (DJUD/SE/MS) Douglas Pereira Lucas (DJUD/SE/MS) Alex Castilho (CGAPSTIC/DATASUS/SEIDIGI/MS)	Presente Presente Presente Presente
ASSUNTOS ABORDADOS	
1. Abertura da 2ª Reunião Ordinária do CGD/MS. 2. Informes: 2.1 Plano de Transformação Digital do Ministério da Saúde – PTD/MS 2024-2027. 2.2 Apresentação do Relatório de Auditoria do TCU sobre o PDTIC/MS. 2.3 Início dos trabalhos de elaboração do novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTIC/MS. 2.4 OFÍCIO CIRCULAR Nº 5/2025/DATASUS/SEIDIGI/MS. Assunto: Aquisição de novos computadores - Custeio de 3. Apresentação do Diagnóstico de TIC.	4. Apresentação da Plataforma TRF 4 – Tema 1234. 5. Deliberação: Projeto em ferramentas de Marketplace - CMD Gestão. 6. Encaminhamentos.
DESDOBRAMENTOS	
<p>1. Abertura da 2ª Reunião Ordinária do CGD/MS – 2025.</p> <p>O Secretário Executivo, Adriano Massuda, presidente do Comitê, iniciou a segunda reunião ordinária de 2025, do Comitê de Governança Digital do Ministério da Saúde (CGD/MS), cumprimentando a todos os presentes. Procedeu com a identificação dos membros, validando o quórum necessário para iniciar os trabalhos pelo Colegiado e fez a leitura dos itens da pauta.</p> <p>Por conseguinte, concedeu a palavra à Diretora do DATASUS, Paula Xavier dos Santos, que agradeceu a presença de todos e, na sequência, passou a palavra à convidada responsável pelos informes: a Coordenadora-Geral de Relacionamento, Governança e Projetos (CGRGP) do DATASUS, Loyane Mota Fernandes.</p> <p>2. Informes:</p> <p>Plano de Transformação Digital do Ministério da Saúde – PTD/MS 2024-2027.</p> <p>Ao iniciar sua fala, a Coordenadora-Geral destacou que o Plano de Transformação Digital do Ministério da Saúde (PTD) é o instrumento de planejamento para implementar ações de governo digital nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. O plano tem como foco os serviços públicos disponibilizados no portal gov.br, com o objetivo de atender cidadãos, empresas e demais entidades de forma mais eficiente e acessível.</p> <p>Ressaltou que a Estratégia Federal de Governo Digital (EFGD) determina que órgãos e entidades elaborem instrumentos de planejamento para alcançar seus objetivos e iniciativas.</p> <p>Posteriormente, foi informado que, a partir dos levantamentos realizados junto às secretarias, foram identificadas 91 ações consideradas aptas a integrar a minuta do PTD. Na ocasião, apresentou-se o fluxo para a pactuação do plano, estruturado nas seguintes etapas: designação dos pontos focais, identificação dos serviços públicos, levantamento das melhorias necessárias, elaboração do plano, pactuação e, finalmente, monitoramento de sua execução.</p> <p>Apresentação do Relatório de Auditoria do TCU sobre o PDTIC/MS.</p> <p>Dando continuidade, a Coordenadora-Geral apresentou o relatório preliminar de auditoria do TCU, que, embora ainda esteja em fase inicial, já traz recomendações relevantes. Ela destacou a importância de o Comitê de Governança Digital (CGD) acompanhar de forma ativa a execução tanto do PDTIC vigente quanto do novo plano que será elaborado. Destacou ser fundamental que o CGD monitore as etapas e os resultados do plano atual, além de participar da construção do novo PDTIC. Mencionou que os pontos de melhoria apontados no relatório serão considerados na elaboração do novo plano, entre eles a capacitação na contratação de serviços de TIC e que</p>	

promovam a capacitação contínua dos gestores de TI no que diz respeito à elaboração e ao monitoramento do PDTIC.

Na sequência, a Diretora do Datasus mencionou que o PDTIC vigente foi prorrogado e o Secretário Executivo reforçou a necessidade de agilizar o processo de elaboração do novo PDTIC.

OFÍCIO CIRCULAR Nº 5/2025/DATASUS/SEIDIGI/MS. Assunto: Aquisição de novos computadores - Custeio de Despesas.

Por conseguinte, a Diretora do Datasus informou sobre a tramitação do ofício, referente ao levantamento de demandas por computadores. Cada Secretaria foi formalmente comunicada, por meio de ofício individualizado, acerca da quantidade de equipamentos solicitados e do valor estimado correspondente. No momento, aguarda-se a manifestação favorável das áreas para viabilizar a respectiva aquisição.

3. Apresentação do Diagnóstico de TIC.

No passo seguinte, a Diretora do Datasus, fez uma breve contextualização sobre o primeiro ciclo do diagnóstico de levantamento de sistemas. O processo teve início em março, com levantamento preliminar realizado pelo Datasus, com base nas informações disponíveis no sistema de gestão de demandas do Datasus.

Entre abril e maio, foram conduzidas oficinas presenciais com todas as Secretarias e no Gabinete do Ministro. Nessas oficinas, as Secretarias validaram e complementaram os dados iniciais. Em junho, foi realizada uma análise dos dados, identificando alguns desafios como duplicidade de nomes e ausência de padronização.

O levantamento inicial foi enriquecido pelas oficinas presenciais, resultando na elaboração de uma proposta para o tratamento e encaminhamento do universo de sistemas identificados.

Após a realização das oficinas e das complementações, o número de sistemas sob gestão do Datasus foi atualizado de 237 para 322.

A partir dos 322 sistemas de informação identificados, foi conduzido um processo de análise e tratamento com o objetivo de mapear o universo total sob a gestão do Datasus/SEIDIGI. Esse processo foi estruturado em três etapas, a saber:

- Etapa 1: Análise dos sistemas identificados, começando pela confirmação daqueles realmente em produção.
- Etapa 2: Análise de sistemas que não tiveram manifestação das secretarias, mas possuem demanda aberta na fábrica nos últimos três anos.
- Etapa 3: Análise e tratamento final, mapeando sistemas fora da gestão do Datasus ou que estão sem acompanhamento ativo.

Após o processo de análise, foram identificados 148 sistemas mantidos pelo Datasus, dos quais 133 possuem indicação de continuidade e 15 não foram citados diretamente, mas apresentam demandas abertas na fábrica de software.

Em relação aos sistemas fora da gestão do Datasus, foram identificados 174, distribuídos da seguinte forma:

- 73 sistemas em produção fora da gestão do Datasus, sendo sistemas com solicitação de inclusão e que estão alocados em instrumentos de gestão próprios.
- 101 sistemas sem acompanhamento ativo, mas não possuem demandas abertas na fábrica.

Ato contínuo, foi apresentada uma proposta de ações estratégicas de direcionamento para a gestão de sistemas de manutenção e refatoração sob gestão do Datasus/SEIDIGI. A proposta está estruturada conforme as seguintes etapas: Classificação dos Sistemas, Definição das Esteiras de Atendimento, Estimativa de Custos por Esteira, Identificação de Necessidades de Refatoração e Priorização pelas Secretarias.

Foi enfatizado que a classificação dos sistemas teve como propósito não apenas estabelecer uma hierarquia conforme o nível de criticidade, mas também refletir a lógica de produção, indicando qual modelo de produção seria mais adequado para cada caso. Essa análise subsidiará a proposta de organização em esteiras de atendimento. A partir dessas esteiras e da quantificação de sistemas atribuídos a cada uma, foi possível calcular um valor por esteira. Também foi destacado que os sistemas legados foram considerados nesse processo.

No escopo da Classificação de Sistemas, foram definidos os seguintes grupos: Suporte à Vida, Estruturante, Nacional Estratégico, Nacional Operacional, Interno Estratégico e Interno Operacional.

A Diretora do Datasus, ressaltou que essa categorização não tem como propósito estabelecer uma hierarquia de importância entre os sistemas. Essa ideia foi reforçada pelo Secretário-Executivo, que esclareceu que a classificação não determina prioridades.

Subsequentemente, informou que a fim de priorizar ações de atendimento às demandas de manutenção, com base no nível de criticidade e a categorização dos sistemas, foram criadas três esteiras de atendimento, além de contemplar uma esteira adicional de parcerias estratégicas de inovação:

- Esteira 1: Sistemas de Suporte à Vida e Estruturantes: Criar uma equipe interna com foco na maior autonomia, retenção do conhecimento e celeridade no atendimento.
- Esteira 2: Sistemas Nacional, Estratégico e Operacional: Fábrica de software para atendimento dos sistemas nacionais.
- Esteira 3: Sistemas do Interno Estratégico e Operacional: Fábrica de software para atendimento dos sistemas internos.

Mais adiante, foram apresentados os custos por esteira. Atualmente, estão em operação 148 sistemas de manutenção, distribuídos entre as três esteiras.

Destacou que, além das demandas de manutenção, o direcionamento engloba demandas de refatoração (atualização tecnológica de sistemas legados), sendo atendidas pela esteira adicional de parcerias estratégicas de inovação. Dos 148 sistemas sob gestão do Datasus, 60 estão com tecnologia defasada. Esses 60 sistemas foram classificados segundo seu nível de criticidade. A partir do cruzamento entre os sistemas considerados prioritários e os tecnologicamente obsoletos, foram identificados 17 sistemas que podem ser priorizados, caso se decida criar uma linha de produção específica para refatoração de legados. Destacou que, caso se opte pela refatoração dos sistemas obsoletos, esse custo tende a dobrar, uma vez que será necessário manter o sistema atual enquanto se desenvolve sua versão atualizada.

Ulteriormente, apresentou a proposta de estruturação das esteiras de atendimento, detalhando o escopo e o status atual de cada uma.

- Esteira 01 (Sistemas de Suporte à Vida e Estruturantes): Contratação de equipe própria por TED Fiocruz. STATUS: Edital FIOTEC – publicação prevista 20/08.
- Esteira 02 (Sistemas do Nacional Estratégico e Operacional): TED UnB previsto para iniciar em setembro/25.
- Esteira 03 (Sistemas do Interno Estratégico e Operacional): Contratação de Empresa de software Especializada. STATUS: Instrução Interna – previsão para novembro.

Reforçou que as estratégias das esteiras 2 e 3 foram impactadas por fatores alheios ao Datasus.

Na continuidade, destacou que a estratégia apresentada consiste em, a partir de outubro, viabilizar as contratações de profissionais por meio do TED com a UnB, além da contratação de uma nova fábrica de software. No entanto, durante os meses de agosto e setembro, será necessário implementar um período de transição para garantir o atendimento às demandas atuais, conforme o contrato vigente. Diante disso, a proposta é realizar a distribuição do saldo contratual até setembro conforme os seguintes escopos: Desenvolvimento do Investsus, RNDS e Plataformas SUS DIGITAL e Manutenção de Sistemas.

Em seguida, a Diretora listou alguns dos sistemas a serem mantidos durante o período de transição divididos em: sistemas de faturamento, sistemas de suporte à vida e sistemas estruturantes.

Em conclusão, listou os sistemas que não estão no escopo da transição e serão contemplados para continuidade a partir da implantação total do direcionamento.

Na etapa seguinte, a Secretária de Informação e Saúde Digital, Ana Estela Haddad, destacou que será imprescindível que os secretários façam escolhas claras, e que toda a equipe esteja alinhada e ciente dessas decisões. Salientou que a proposta é construir uma alternativa viável. No entanto, essa construção exige uma curva de transição e aprendizado, levando em conta o histórico das práticas adotadas até o momento.

Logo depois, o Secretário Executivo agradeceu e parabenizou o Datasus pelo trabalho realizado. Ressaltou, no entanto, que ainda não se trata de um diagnóstico completo, pois é necessário também analisar os demais sistemas vinculados aos TEDs. Reforçou que, o comitê precisa olhar para esses recursos e compreender como as secretarias estão utilizando os TEDs. Considera fundamental olhar para o orçamento e dialogar com o Datasus sobre o que é possível realizar e o que está fora da capacidade atual.

A Secretária de Vigilância em Saúde e Ambiente, Mariângela Simão fez uma ponderação sobre a classificação dos sistemas apresentada, visto que ela compreende o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), o Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC) e o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), como sistemas estruturantes do Ministério da Saúde (MS) e não como estratégicos. Ademais, apresentou um questionamento sobre a implicação do cenário de transição.

Em resposta, a Diretora do Datasus esclareceu que todas as secretarias têm autonomia para reclassificar os sistemas, considerando que, em muitos casos, um mesmo sistema pode se enquadrar em mais de uma categoria. Informou que, em alguns casos, a classificação inicial pode não ter sido a mais adequada. Por esse motivo, será realizado um processo de refinamento. E esclareceu que, a lógica conceitual dos sistemas estruturantes é que eles fornecem dados que são consumidos por outros sistemas do MS. Reforçou ainda que, estar classificado em uma categoria ou outra não indica maior ou menor importância.

No contexto da transição, foi esclarecido que os sistemas apresentados e que serão contemplados pela fábrica nos próximos dois meses são aqueles que já possuem Ordem de Serviço (OS) emitida, mas cuja execução ainda não foi autorizada, justamente por aguardar a deliberação do CGD. Por sua vez, os sistemas que não foram priorizados nesta proposta permanecerão com a OS em aberto e deverão ser retomados a partir de setembro.

O Secretário Executivo questionou se todas as possibilidades de adesão à ata foram exploradas ao máximo e se a discussão com a SAA já foi realizada. Reforçou a intenção de envolver a SAA nessa conversa, para avaliar conjuntamente todas as alternativas viáveis e encontrar caminhos que permitam contemplar o maior número possível dos sistemas prioritários.

A Diretora do Datasus informou que a SAA está acompanhando o processo e pode oferecer apoio para viabilizar a contratação da forma mais célere possível.

Prosseguindo, o Secretário Adjunto da Atenção Especializada à Saúde (SAES), Carlos Amílcar Salgado reforçou o entendimento de que nenhum sistema será descontinuado, todos continuarão operando normalmente. No entanto, não será possível realizar ajustes até o vencimento previsto para setembro.

De igual modo, o Secretário Adjunto da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), Jérrzey Timóteo Ribeiro Santos, mencionou a importância desse movimento que a SEIDIGI está promovendo ao pensar o futuro e a importância de mesmo diante de uma situação emergencial, manter o olhar voltado para o médio e longo prazo.

A SGTES possui dois sistemas que demandam customizações, especialmente com o lançamento do edital do SIGRESIDENCIA em setembro, que incluirá novas bolsas de residência e preceptoria. Isso exigirá a abertura de um novo período de adesão e ajustes no sistema PET, devido à pauta de saúde digital e outras modalidades. Ressaltou que cabe à equipe técnica avaliar a viabilidade das mudanças propostas, tendo em vista que o cronograma já está vinculado ao calendário do MEC e

não admite prorrogação. Diante disso, solicitou que seja pensada uma alternativa para atender a essa demanda até outubro.

Adiante, a assessora da SE destacou que mesmo não estando sob a gestão da Secretaria Executiva, identificaram como prioritários o BNAFAR e o Farmácia Popular.

Outrossim, o Diretor do Departamento de Gestão da Saúde Indígena (DGESI), representante da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), Lucas Divino Queiroz Silva, fez algumas considerações sobre o SIASI atual e o desenvolvimento do novo SIASI, que é uma prioridade da SESAI para modernizar o sistema, incorporar inovação e ampliar a integração com sistemas locais e nacionais. Informou que o projeto vem sendo conduzido de forma articulada entre o Datasus, a universidade e a SESAI, seguindo orientação do Secretário, com o objetivo de assegurar um desenvolvimento integrado e, ao mesmo tempo, viabilizar a futura internalização ou hospedagem do sistema.

A Diretora do Datasus mencionou a mudança no modelo de acompanhamento dos projetos e que está sendo estruturado um time de gerentes técnicos e gerentes de relacionamento que irão acompanhar o desenvolvimento dos sistemas.

A Secretária da SEIDIGI ressaltou que o primeiro atendimento é realizado pelo gerente, mas enfatizou que as decisões precisam ser elevadas ao nível estratégico. Não podem ser tomadas exclusivamente no nível operacional, pois geram implicações posteriores que impactam diretamente a SEIDIGI.

Além disso, o representante da SESAI, destacou a importância de priorizar o SIASI, considerando que ele é fundamental para atender a demanda recente do ministro, que solicitou a atualização quinzenal dos dados do informe sobre a população Yanomami.

Depois disso, o Secretário Adjunto da SAES parabenizou o trabalho realizado pelo Datasus e expressou grande satisfação com a condução que está sendo dada ao processo. Destacou que a equipe dedicada é fundamental para os sistemas que estão no coração do processo, ressaltando que a solução apresentada é excelente, assim como as demais alternativas levantadas.

Do ponto de vista da SAES, destacou a importância da Ficha de Programação Orçamentária (FPO), alguns ajustes nesse mecanismo podem permitir um monitoramento mais preciso de aspectos relacionados ao financiamento do programa.

O Secretário Executivo destacou que o atual processo de transformação digital precisa estar associado à criação da capacidade de gestão das secretarias, departamentos e programas. Essa é a lógica que se pretende trazer para o comitê: não se trata apenas de discutir sistemas ou tecnologias da informação, mas de compreender como esses elementos se inserem em um processo de qualificação da gestão. A transformação digital é fundamental para gerar dados e informações. Salientou que, é importante utilizar, de forma estratégica, os recursos disponíveis em ciência de dados como subsídio para a gestão.

Salientou que as secretarias devem se responsabilizar por todo o processo, desde a origem até o controle do uso pelos beneficiários. Citou como exemplo, o Sistema de Controle Logístico de Medicamentos Antirretrovirais (SICLOM) da SVSA, que permite acompanhar todas as etapas: aquisição dos antirretrovirais, gestão de estoques, dispensação, uso e até os resultados dos exames laboratoriais. Para que isso se concretize, é necessário que as secretarias invistam recursos. E isso não se limita ao repasse de recursos ao Datasus, é necessário construir, de forma conjunta, soluções em tecnologia da informação. Destacou que o trabalho inicial de priorização é essencial e não pode ser interrompido. Por isso, reforçou a importância de dar continuidade às ações, sendo fundamental olhar para os sistemas existentes e avaliar o que é possível avançar.

Ressaltou que, a metodologia construída pela SEIDIGI é uma ferramenta interessante para classificar e organizar as demandas. No entanto, é essencial que as secretarias avaliem e devolvam suas prioridades para concluir o processo. Reforçou que o ponto central é compreender, sob a ótica das secretarias, quais demandas são realmente urgentes e não podem ser postergadas. A partir dessas definições, será realizada a avaliação dos recursos disponíveis, de modo a identificar o que é viável executar, considerando todas as alternativas possíveis.

Evidenciou a importância de pensar o espaço do CGD como um ambiente estratégico de reflexão sobre a gestão do Ministério da Saúde e do SUS, e pensar a Transformação Digital como uma condição essencial para qualificar a capacidade de gestão. Compreender de que forma cada iniciativa em desenvolvimento gera dados e informações é essencial para monitorar os programas

desde a fase inicial de financiamento até a execução, garantindo, sobretudo, a avaliação dos resultados efetivamente alcançados.

Por fim, solicitou às secretarias que enviem suas prioridades até sexta-feira. A partir disso, serão pensadas alternativas para ampliar a capacidade de execução e, eventualmente, evitar a interrupção dos processos.

Somado a isso, a Secretária da SEIDIGI destacou que a definição de sistemas deve partir da identificação da política prioritária e dos indicadores a serem monitorados. A construção dos indicadores deve ser coletiva, considerando sua relevância, a capacidade dos sistemas existentes em fornecer os dados necessários e os painéis de acompanhamento. Dessa forma, é possível avaliar, de forma racional, quais sistemas precisam ser criados ou aprimorados, evitando o desenvolvimento desordenado e sem foco estratégico.

A Diretora do Datasus destacou que haverá um retorno nas secretarias, mas desta vez, com a presença das equipes técnicas e dos gestores das bases de dados com o objetivo não apenas de realizar o refinamento do diagnóstico, mas também promover o alinhamento de processos com as equipes técnicas, especialmente no que diz respeito aos fluxos e às formalizações na gestão de sistemas, como a solicitação de demandas, internalizações e hospedagens.

Encaminhamentos: As secretarias deverão enviar suas prioridades até sexta-feira.

4. Deliberação: Projeto em ferramentas de Marketplace - CMD Gestão.

Dando continuidade à reunião, o Coordenador-Geral de Arquitetura, Produto e Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGAPSTIC), Marcelo Takatsu, apresentou a pauta para deliberação do comitê em observância à Portaria GM/MS 7.678/2025 que institui a Estratégia de uso de software e de serviços de computação em nuvem no âmbito do Ministério da Saúde.

Segundo o Coordenador-Geral da CGAPSTIC, o Ministério mantém contrato vigente com o SERPRO, voltado à oferta de serviços em nuvem e neste contrato está disponível uma plataforma marketplace que consiste em uma loja virtual operada por um provedor de nuvem, que oferece acesso a software e serviços que são desenvolvidos, se integram ou complementam as soluções disponibilizadas pelo provedor de nuvem. Assim, por meio dessa plataforma, empresas parceiras podem disponibilizar soluções diretamente. Foram realizadas pesquisas e diversas reuniões com o objetivo de compreender o perfil das empresas parceiras. Nesse processo, foi identificada uma empresa com atuação nos setores de saúde, seguros e outros segmentos, que apresentou uma proposta comercial inferior ao orçamento originalmente previsto. Desta forma, pretende-se submeter a esta plataforma o desenvolvimento do CMD gestão em formato de produto. Após consulta aos membros do CGD, a inclusão do projeto nesta plataforma foi aprovada.

Encerrando a pauta, a Secretária da SEIDIGI, Ana Estela Haddad, agradeceu a presença de todos.

Manifestação dos membros: O Projeto em ferramentas de Marketplace - CMD Gestão foi aprovado sem ressalvas pelos membros presentes na reunião de CGD/MS.

Encerramento:

Ao final, a Secretária Ana Estela Haddad e o Secretário Executivo, Adriano Massuda, encerraram os trabalhos agradecendo a presença dos membros.

ENCAMINHAMENTOS	RESPONSÁVEL	PRAZO
1. Aprovado: Projeto em ferramentas de Marketplace - CMD Gestão.	1. CGD/MS	1. -
2. Agendar próxima reunião CGD/MS.	2. SE/MS	2. -
3. Envio de prioridades pelas secretarias.	3. Secretarias	3. 08/08/25
4. Apresentação da Plataforma TRF 4 – Tema 1234.	4. SE/MS	4. Próximo CGD

SUGESTÃO DE PRÓXIMAS PAUTAS	
1. Apresentação prioridades das Secretarias. 2. Apresentação do novo modelo de acompanhamento de projetos. 3. Apresentação da Plataforma TRF 4 – Tema 1234.	
ELABORADA POR:	
✓	Samara Lopes do Nascimento- CGOV/CGRGP/DATASUS/SEIDIGI/MS
REVISADA POR:	
✓	Whesley Fernandes Henrique - CGOV/CGRGP/DATASUS/SEIDIGI/MS
✓	Graziella Cervo Santana - CGOV/CGRGP/DATASUS/SEIDIGI/MS
VALIDADA POR:	
✓	Loyane Mota Fernandes - CGRGP/DATASUS/SEIDIGI/MS



Documento assinado eletronicamente por **Ana Estela Haddad, Secretário(a) de Informação e Saúde Digital**, em 20/08/2025, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jerzey Timoteo Ribeiro Santos, Secretário(a) Adjunto(a) de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde**, em 20/08/2025, às 19:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariângela Batista Galvão Simão, Secretário(a) de Vigilância em Saúde e Ambiente**, em 21/08/2025, às 13:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Xavier dos Santos, Diretor(a) do Departamento de Informação e Informática do SUS**, em 21/08/2025, às 20:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Massuda, Secretário(a)-Executivo(a)**, em 25/08/2025, às 12:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Amilcar Salgado, Secretário(a) Adjunto(a) da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde**, em 29/08/2025, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Macedo Marques, Coordenador(a)-Geral de Demandas de Órgãos Externos de Informação e Saúde Digital**, em 03/09/2025, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0049837807** e o código CRC **608E769A**.